

ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DE CARÊNCIA DAS FAMÍLIAS – JUNHO/2022

Evelyn de Castro Cruvinel¹
Guilherme Resende Oliveira²
Jalda Claudino³
Fernanda Vitória da Mota Marinho⁴

1. INTRODUÇÃO

O Índice Multidimensional de Carência das Famílias (IMCF) surgiu no âmbito do Gabinete de Políticas Sociais (GPS), estrutura criada conforme o Decreto Nº 9.456, de 25 de junho de 2019, coordenado pela Primeira-Dama Gracinha Caiado.

Mais especificamente, o IMCF tem como inspiração o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), apresentado no “Relatório Final da Comissão de Estados da Legislação Social Brasileira”, proposto por Alkire (2009⁵) e Foster (2011⁶) e adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir de parceria com a Universidade de Oxford.

Nesse contexto, o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) efetua o cálculo do IMCF para os 246 municípios goianos e, após o lançamento do estudo inicial sobre o IMCF, com dados referentes a dez/2018⁷, ficou encarregado de acompanhar semestralmente o comportamento do referido índice. Nesse sentido, foi publicado no site do IMB o monitoramento referente a jun/2019, dez/2019, jun/2020, dez/2020, jun/2021 e dez/2021. Sendo o principal objetivo deste informe técnico apresentar os principais resultados do monitoramento do IMCF com dados referentes a jun/2022.

¹ Gerente de Assessoramento Estratégico e Pesquisadora em Estatística do IMB. Mestre em Estatística (UnB). E-mail: evelyn.cruvinel@goias.gov.br.

² Diretor executivo do IMB. Doutor em Economia (UnB). E-mail: guilherme.resende@goias.gov.br.

³ Assistente de Gestão Administrativa. E-mail: jalda.claudino@goias.gov.br.

⁴ Estagiária do IMB. Graduanda em Estatística (UFG). E-mail: fernanda.marinho@goias.gov.br

⁵ ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and multidimensional poverty measurement**. Oxford: Univ. Oxford, OPHI, 2009. 44 p. (OPHI Working Paper; n. 32). Disponível em: <https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf>

⁶ ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Understandings and misunderstandings of multidimensional poverty measurement**. Oxford: Univ. Oxford, OPHI, 2011. (OPHI Working Paper n. 43). Disponível em: <https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp43.pdf>

⁷ Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2019/%C3%8Dndice-Multidimensional-da-Car%C3%Aancia-das-Fam%C3%ADlias.pdf>

2. MONITORAMENTO DO IMCF – REFERÊNCIA: DEZEMBRO/2021

O Índice Multidimensional de Carência das Famílias (IMCF) foi construído utilizando três dimensões: educação, habitação e renda. Na composição do índice, cada dimensão representa três pontos, distribuídos entre seus indicadores, totalizando nove pontos (ver Quadro 1). Dessa forma, o IMCF assume valores de zero a um, sendo que “1” representa o domicílio com carência máxima e zero a ausência de carência. Vale ressaltar que, para o cálculo do IMCF, não foram levadas em consideração as chamadas “dimensões faltantes”, pois é necessário que seja realizada uma busca ativa dos agentes municipais nas famílias cadastradas. Assim, seria preciso procurar por cada família, para que as pessoas informem suas necessidades e privações relacionadas a essa dimensão⁸. Para maiores detalhes sobre a metodologia, consultar publicação inicial⁹.

Quadro 1 – Dimensões, indicadores e pesos

Dimensão	Indicadores	Descrição	Peso
Moradia	Espécie do domicílio	Improvizado	0,50
	Coabitação (domicílio coletivo)	Coletivo	0,50
	Água canalizada	Sem	0,50
	Existência de sanitário	Sem	0,50
	Energia elétrica	Sem	0,50
	Revestimento do piso	Terra	0,25
	Destino do lixo	Sem	0,25
Educação	Analfabetismo	Sim, e se Idade > 18 anos	1,00
	Frequenta escola	Não, e se Idade entre 7 e 17	2,00
Renda	Renda informal	Não formal	1,50
	PAB	Sim	1,50

Fonte: IPM / PNUD / Sistema ONU.

Elaboração: IMB e GPS / Secretaria Geral da Governadoria.

O público-alvo desse estudo são as pessoas cadastradas no Cadastro Único, de modo que, o IMCF é calculado para cada domicílio com pessoas cadastradas, utilizando os indicadores e seus respectivos pesos, conforme foram descritos no Quadro 1. Primeiro, o cálculo foi realizado com os dados referentes a dezembro de 2018. Nesta base de dados

⁸ Os componentes da dimensão faltante são: 1. Conexão social, 2. Solidão, 3. Violência, 4. Empoderamento, 5. Presidiário na família, 6. Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, 7. Falta de qualificação profissional, 8. Trabalho insalubre, 9. Dependência química, 10. Qualidade no trabalho, 11. Segurança física, 12. Bem-estar psicológico.

⁹ <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2019/%C3%8Dndice-Multidimensional-da-Car%C3%Aancia-das-Fam%C3%ADlias1.pdf>

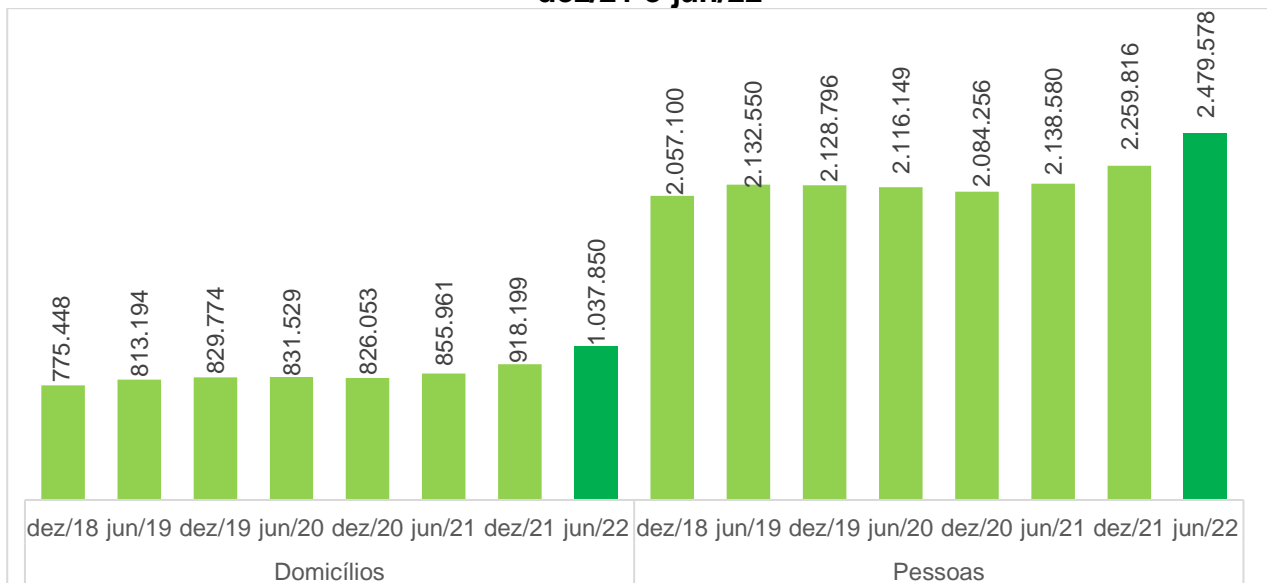
constavam 775.448 domicílios cadastrados, totalizando 2.057.100 pessoas¹⁰. Com interesse de monitorar essas famílias, o índice é recalculado a cada semestre. No último monitoramento apresentado, em dezembro de 2021, havia 918.199 domicílios cadastrados, somando 2.259.816 pessoas. Já em junho de 2022, foram consideradas 1.037.850 famílias, com um total de 2.479.578 pessoas. Dessa maneira, foram agregados 262.402 domicílios nas redes de proteção social federal e estadual, em relação a dezembro/2018. Ainda em relação a dezembro/2021, houve acréscimo de 119.651 domicílios e 219.762 pessoas.

Conforme ilustra a Figura 1, nota-se que o número de famílias inscritas no Cadastro Único teve um aumento gradual de dez/18 a jun/20. Em dez/20, observa-se um decréscimo, pois nesse período havia muita procura pelo Auxílio Emergencial, que não necessitava de inscrição no Cadastro Único. Após esse período, verifica-se que o crescimento de inscritos ocorreu de forma mais acentuada. Destaca-se que a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, instituiu o Programa Auxílio Brasil em substituição ao Programa Bolsa Família, com novas regras e nova definição para extrema pobreza e pobreza, o que pode ter impulsionado o crescimento dos inscritos.

Por meio do Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021, ocorreu a primeira mudança da linha da extrema pobreza, que aumentou de R\$ 89,00 para R\$ 100,00. Em seguida, a Lei nº 14.284 estabeleceu as famílias em situação de pobreza, cuja renda familiar per capita mensal se situe entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00; e em situação de extrema pobreza, com renda familiar per capita mensal igual ou inferior a R\$ 105,00.

¹⁰ Não foram contabilizados os dados desatualizados há mais de 48 meses, por não mais refletirem a realidade. Além de estar de acordo com Instrução Operacional nº 86/SENARC/MDS: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/instrucoes_operacionais/2017/Instrucao_Operacional_86_2017.pdf

Figura 1 – Público-Alvo – Goiás – dez/18, jun/19, dez/19, jun/20, dez/20, jun/21, dez/21 e jun/22

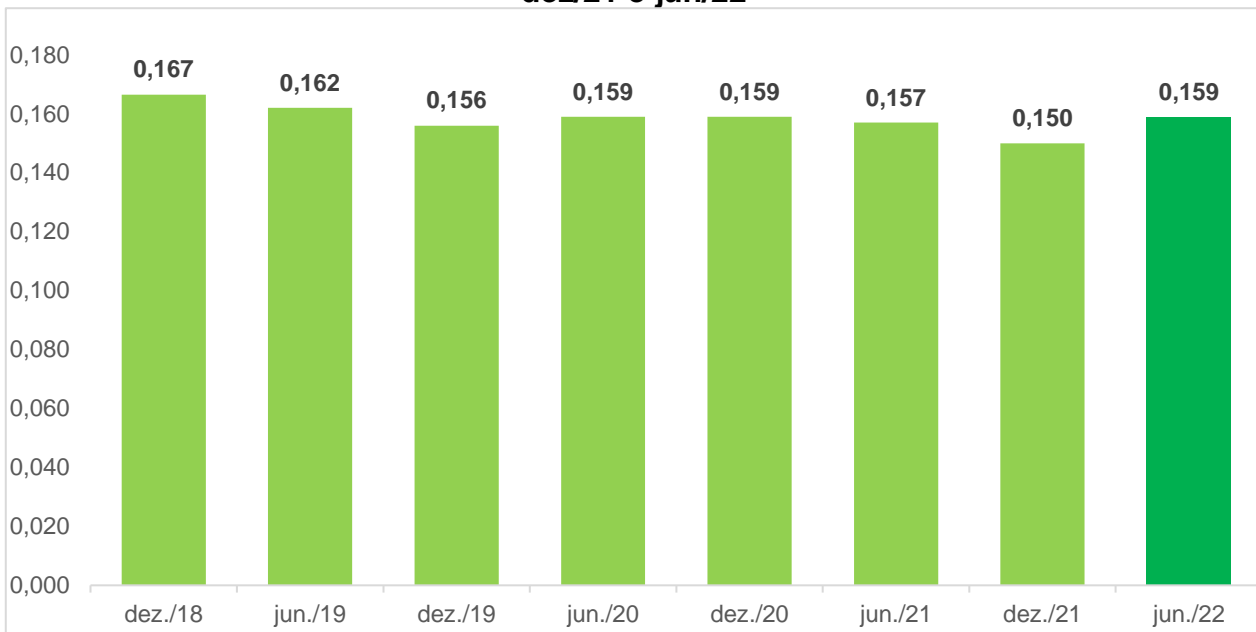


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB e GPS / Secretaria Geral da Governadoria.

Além disso, o valor do índice associado a Goiás é a média do IMCF de todos os domicílios do CadÚnico que estão localizados em seu território. Em dezembro de 2018, constatou-se que a média de todos os domicílios em Goiás era de 0,167. Já em dezembro de 2019, observou-se uma redução consistente no IMCF Geral, atingindo o valor de 0,156, sinalizando uma melhoria das condições dos domicílios goianos no Cadastro Único. Entretanto, em 2020, verifica-se uma interrupção nessa queda, alcançando o valor de 0,159. Destaca-se que o ano foi marcado pelo combate à pandemia de covid-19, ocasionando muitas perdas de vidas durante esse período. O avanço da Covid-19 continuou no ano de 2021, quando ocorreu o surgimento de novas cepas. Contudo, o avanço da vacinação tem trazido melhores perspectivas sanitárias, econômicas e sociais. Essas novas perspectivas refletem no resultado do IMCF de junho/2021, que reduziu em comparação a dezembro/2020, 0,002 pontos percentuais e, principalmente, do resultado de dezembro/2021 com 0,150, apresentando o menor valor para toda a série histórica. Observe que, em junho/2022 o valor assumido foi de 0,159, se igualando ao valor de junho e dezembro de 2020.

Figura 2 – Resultados IMCF – Goiás – dez/18, jun/19, dez/19, jun/20, dez/20, jun/21, dez/21 e jun/22

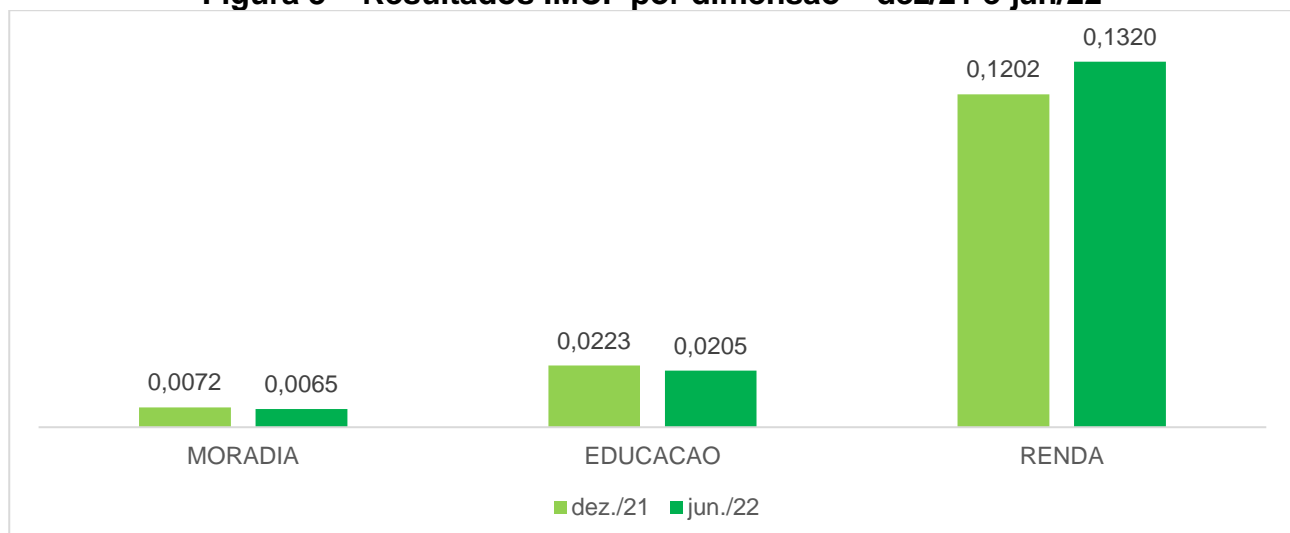


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria e Gabinete de Políticas Sociais (GPS).

Com o intuito de entender as mudanças que acarretaram aumento do IMCF no último semestre, a Figura 3 apresenta os resultados por dimensão para os dois últimos períodos. Por meio da Figura 3, fica evidente que a dimensão Renda provocou o aumento, pois, observa-se redução no valor do índice para as dimensões de Moradia e Educação. Novamente, as mudanças do Programa Auxílio Brasil, com novas regras e nova definição para extrema pobreza e pobreza, podem ter impulsionado esse aumento.

Figura 3 – Resultados IMCF por dimensão – dez/21 e jun/22



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria e Gabinete de Políticas Sociais (GPS).

A seguir, é apresentada a espacialização do IMCF para dezembro/2018, dezembro/2021 e junho/2022 por meio dos Mapas 1, 2 e 3. Destaca-se que foi utilizado o mesmo padrão de cores e a mesma divisão de classes para facilitar a comparação. Para a construção de cada classe, foram considerados os três conjuntos de dados e feita uma quebra por percentil. Dessa maneira, a primeira classe representa 20% dos menores valores e a última classe 20% dos maiores valores. Para os três períodos, observa-se uma concentração de municípios mais vulneráveis na parte norte do estado.

Em dezembro/2018 havia 30 municípios com os menores valores do IMCF, variando de 0,079 a 0,138, e esse número passou para 79 em dezembro/2021, porém decaiu, chegando a 40 em junho/2022. Por outro lado, houve uma redução no número de municípios com os maiores valores para o índice, passando de 71 municípios em dezembro/2018 para 28 municípios em dezembro/21 e para 44 municípios em junho/2022, o quantitativo de municípios com IMCF variando de 0,187 a 0,300.

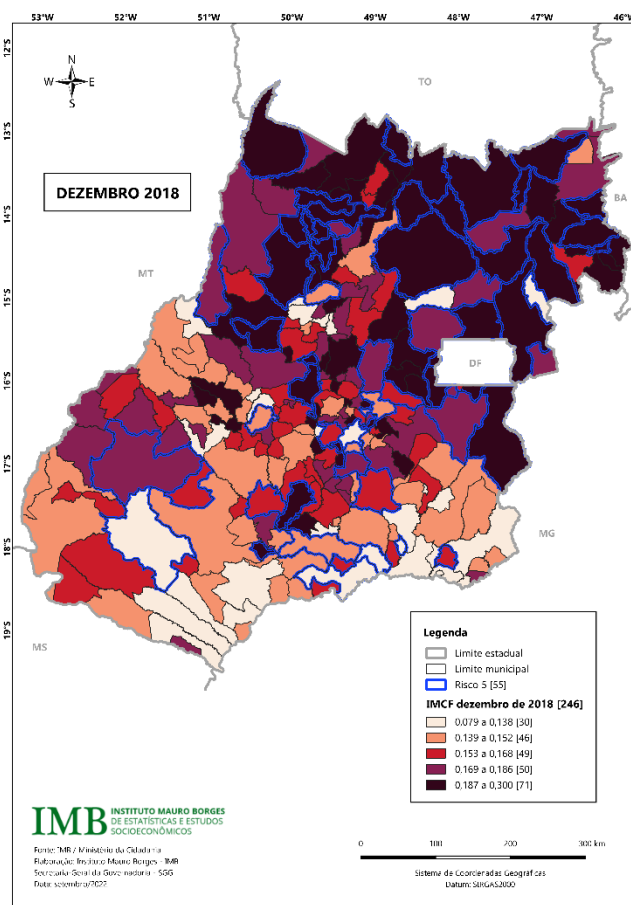
Quadro 2 – Número de municípios por faixas de valor do IMCF de acordo com legenda dos mapas

Escala	Número de municípios		
	dez/18	dez/21	jun/22
0,079 - 0,138	30	79	40
0,139 - 0,152	46	50	66
0,153 - 0,168	49	48	39
0,169 - 0,186	50	41	57
0,187 - 0,300	71	28	44

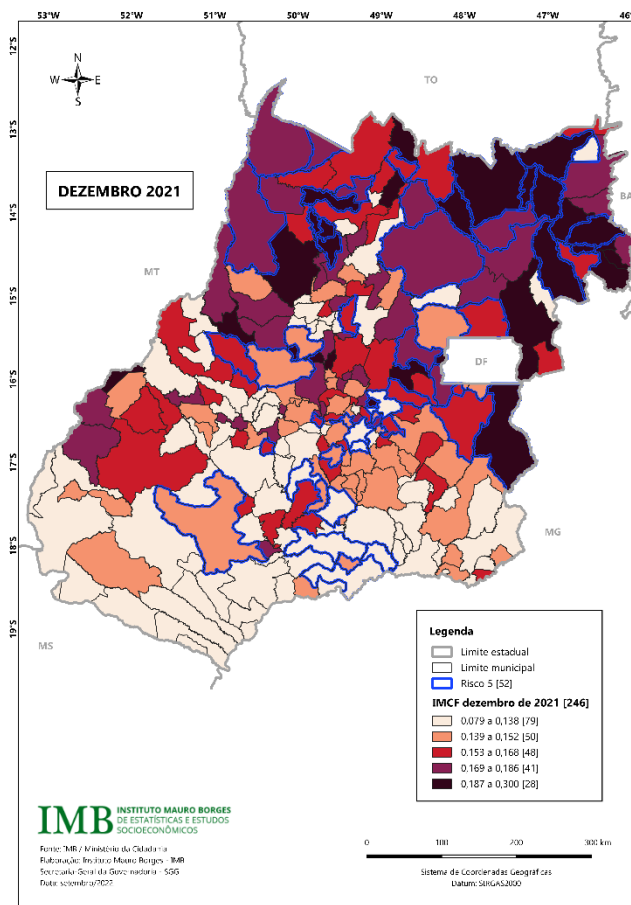
Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria e Gabinete de Políticas Sociais (GPS).

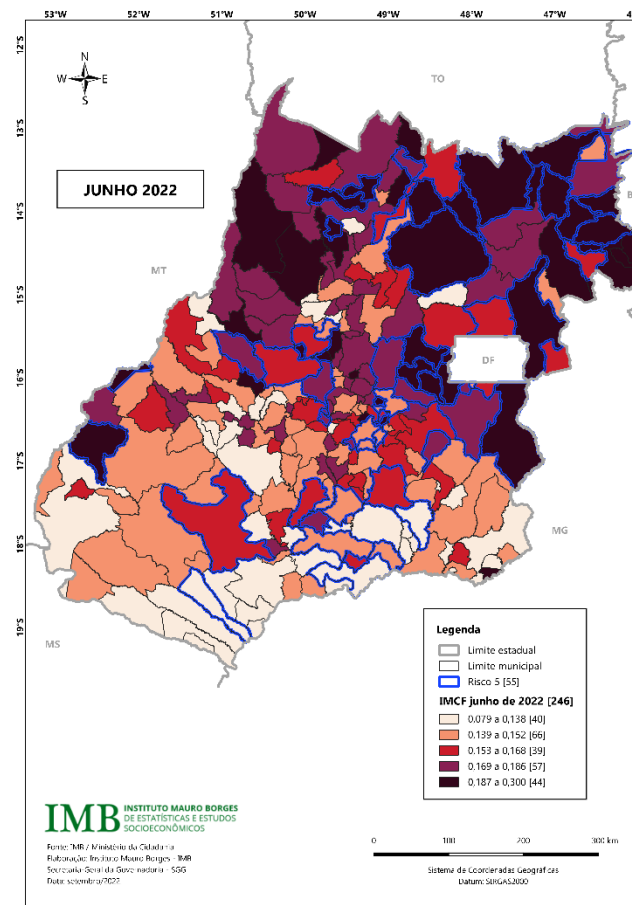
Mapa 1 – Espacialização ICMF–dez-2018



Mapa 2 – Espacialização ICMF–dez-2021



Mapa 3 – Espacialização ICMF–jun-2022



Inicialmente, os municípios que apresentaram os dez maiores valores para o IMCF, de acordo com os dados de dezembro/2018, foram considerados prioritários. Ao se calcular o IMCF com os dados de junho/2019, houve uma alteração no quadro de prioritários, de forma que o município de Matrinchã não ficou mais entre os dez, sendo substituído pelo município de Flores de Goiás. Em junho de 2021, o município de Posse passa a integrar o grupo de prioritários e Santa Terezinha de Goiás passa para 11ª posição. Já em dezembro de 2021, os municípios de Guaraíta e Campo Limpo de Goiás foram incluídos no grupo prioritário, enquanto os municípios de Amaralina e Buritinópolis caíram de posição. Novamente, verifica-se uma movimentação no grupo prioritário, o município de Damianópolis foi incluído, enquanto Flores de Goiás caiu para da 8ª para a 15ª posição.

A Tabela 1 apresenta o valor do IMCF dezembro/2018, dezembro/2021 e junho/2022 para Goiás e para os dez municípios prioritários, em junho/2022, além de Matrinchã, Flores de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Amaralina, Campinaçu, Campo Limpo de Goiás e Heitorai que em algum momento, fizeram parte dos dez municípios prioritários. Observou-se que entre os municípios prioritários, seis reduziram o valor do índice quando comparado dezembro/2018 com junho/2022. Já em comparação a dezembro/2021, a maioria acompanha o resultado do estado, com aumento do índice. Destaca-se que Cavalcante e Colinas do Sul obteve redução do índice de junho/2022, em comparação aos outros dois períodos analisados.

Tabela 1 – Resultado do IMCF – Goiás e municípios prioritários – dezembro de 2018/2021 e junho de 2022

Municípios/Estado	IMCF (dez/18)	IMCF (dez/21)	IMCF (jun/22)	Ranking (dez/18)	Ranking (dez/21)	Ranking (jun/22)	Diferença (jun/22-dez/18)
Estado de Goiás	0,167	0,150	0,159				-0,008
Cavalcante	0,300	0,263	0,262	1	1	1	-0,038
Monte Alegre de Goiás	0,254	0,244	0,247	5	3	2	-0,007
Colinas do Sul	0,268	0,255	0,242	2	2	3	-0,025
Posse	0,220	0,225	0,236	19	4	4	0,016
Buritinópolis	0,208	0,210	0,222	27	11	5	0,013
Teresina de Goiás	0,259	0,217	0,221	4	7	6	-0,038
Guaraíta	0,200	0,220	0,221	40	5	7	0,021
Montividiu do Norte	0,243	0,214	0,221	6	9	8	-0,022
Simolândia	0,205	0,219	0,218	33	6	9	0,013
Damianópolis	0,222	0,207	0,216	15	13	10	-0,006
Matrinchã	0,230	0,200	0,210	10	17	14	-0,019
Flores de Goiás	0,222	0,214	0,209	17	8	15	-0,013
Santa Terezinha de Goiás	0,235	0,199	0,208	7	19	16	-0,026
Amaralina	0,259	0,208	0,208	3	12	17	-0,051
Campinaçu	0,233	0,186	0,203	8	30	20	-0,030
Campo Limpo de Goiás	0,216	0,210	0,200	22	10	23	-0,015
Heitorai	0,230	0,195	0,194	9	20	32	-0,036

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria e Gabinete de Políticas Sociais (GPS).

Tabela 2 – Comparação dos Resultado do IMCF – Goiás e municípios prioritários – dezembro de 2018/2021 e junho de 2022.

Municípios/Estado	IMCF		Ranking	
	Diferença (dez/18-jun/22)	Diferença (dez/21-jun/22)	Diferença (dez/18-jun/22)	Diferença (dez/21-jun/22)
Estado de Goiás				
Cavalcante				
Monte Alegre de Goiás				
Colinas do Sul				
Posse				
Buritinópolis				
Teresina de Goiás				
Guaraíta				
Montividiu do Norte				
Simolândia				
Damianópolis				
Matrinchã				
Flores de Goiás				
Santa Terezinha de Goiás				
Amaralina				
Campinaçu				
Campo Limpo de Goiás				
Heitorai				
Legenda	Melhora	Estabilidade	Piora	

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria e Gabinete de Políticas Sociais (GPS).

Ainda, com o interesse de entender as mudanças que acarretaram redução do IMCF, realizou-se uma análise dos valores absolutos e percentuais de domicílios afetados por cada indicador, comparando os dados de junho/2022 com a primeira data de referência, dezembro/2018. Outra análise compara os dados de junho/2022 com dezembro/2021, data do último cálculo.

Dimensão Moradia

A Tabela 3 apresenta o número de domicílios afetados por indicadores da dimensão Moradia. Já a Tabela 4 sinaliza, em vermelho, as localidades em que ocorreu aumento percentual de domicílios, em verde, se houve queda e, o que ficou estável (sem alteração no percentual) está em amarelo.

Ao observar a Tabela 3, nota-se que o número de domicílios sem revestimento de piso reduziu durante o período analisado. Por outro lado, constata-se aumento para os indicadores de coabitação, sem energia elétrica e sem destino de lixo. Para os demais indicadores verifica-se queda em relação a dez/18 e aumento em relação a dez/21.

Em compensação, em valores percentuais, a Tabela 4 indica redução para todos os indicadores de junho/2021 em relação aos demais períodos, exceto para coabitação em dezembro/2018.

Todos os municípios analisados apresentaram melhora no quantitativo de domicílios sem água canalizada de dezembro/2018 a junho/2022. A maioria dos municípios apresentou melhora a respeito de inexistência de sanitário, sem energia elétrica, sem revestimento do piso e sem destino do lixo. Coabitação apresentou estabilidade na maioria dos municípios.

Tabela 3 – Número de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Moradia – dezembro de 2018/2021 e junho de 2022

Municípios/Estado	Domicílio improvisado			Coabitação (domicílio coletivo)			Sem água canalizada			Inexistência de sanitário			Sem energia elétrica			Sem revestimento do piso			Sem destino do lixo		
	dez/18	dez/21	jun/22	dez/18	dez/21	jun/22	dez/18	dez/21	jun/22	dez/18	dez/21	jun/22	dez/18	dez/21	jun/22	dez/18	dez/21	jun/22	dez/18	dez/21	jun/22
Estado de Goiás	38.218	32.116	32.688	5.613	8.317	9.070	25.854	21.923	22.014	9.557	8.439	8.453	13.780	13.172	14.020	13.678	10.308	10.094	57.043	58.204	61.681
Amaralina	45	2	0	0	0	0	257	174	157	254	142	124	238	143	108	201	100	84	494	545	551
Buritinópolis	41	27	47	0	0	0	26	20	19	45	40	36	5	3	2	7	8	6	252	280	280
Campinaçu	319	137	155	0	0	0	57	36	38	23	19	21	22	19	21	37	27	30	145	175	229
Campo Limpo de Goiás	683	542	415	2	1	2	20	18	16	1	2	2	2	6	6	14	11	10	18	20	35
Cavalcante	1	9	10	0	0	0	728	674	680	754	811	874	839	731	677	733	778	824	976	1.100	1.199
Colinas do Sul	0	0	0	0	0	0	167	134	145	152	136	138	144	124	137	168	136	145	295	275	327
Damianópolis	15	5	6	11	7	8	86	65	75	34	29	28	33	36	41	37	32	35	246	213	242
Flores de Goiás	472	291	274	0	0	1	812	630	505	447	371	316	426	362	255	554	288	218	2.047	2.290	2.304
Guaraíta	165	209	237	0	0	0	12	12	10	13	12	10	4	3	1	20	14	12	174	133	138
Heitoraí	160	185	202	174	371	411	15	11	8	0	0	0	10	7	6	6	4	4	167	140	132
Matrinchã	133	13	8	0	0	0	13	15	14	3	7	6	8	11	12	10	14	13	139	182	203
Monte Alegre de Goiás	54	21	18	1	9	9	376	339	352	481	450	464	337	263	254	498	466	461	787	790	802
Montividiu do Norte	274	303	309	0	0	0	136	95	93	97	64	59	67	33	31	37	21	23	666	634	629
Posse	3	5	5	41	25	36	469	438	425	455	411	394	615	685	782	87	67	65	1.337	1.417	1.554
Santa Terezinha de Goiás	13	11	7	8	22	22	137	106	103	91	66	66	92	68	70	99	72	73	442	433	470
Simolândia	10	7	5	0	0	0	232	228	212	174	175	161	98	89	82	168	177	169	375	363	379
Teresina de Goiás	13	9	55	56	165	192	164	159	151	192	199	188	130	161	152	145	156	148	348	430	417

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico/Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria e Gabinete de Políticas Sociais (GPS).

Tabela 4 – Comparação percentual de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Moradia – dezembro de 2018/2021 e junho de 2022

Municípios/Estado	Domicílio improvisado		Coabitação (domicílio coletivo)		Sem água canalizada		Inexistência de sanitário		Sem energia elétrica		Sem revestimento do piso		Sem destino do lixo	
	Dez./2018-Jun./2022	Dez./2021-Jun./2022	Dez./2018-Jun./2022	Dez./2021-Jun./2022	Dez./2018-Jun./2022	Dez./2021-Jun./2022	Dez./2018-Jun./2022	Dez./2021-Jun./2022	Dez./2018-Jun./2022	Dez./2021-Jun./2022	Dez./2018-Jun./2022	Dez./2021-Jun./2022	Dez./2018-Jun./2022	Dez./2021-Jun./2022
Estado de Goiás	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Amaralina	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Buritinópolis	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Campinaçu	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Campo Limpo de Goiás	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Cavalcante	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Colinas do Sul	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Damianópolis	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Flores de Goiás	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Guaraíta	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Heitoraí	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Matrinchã	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Monte Alegre de Goiás	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Montividiu do Norte	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Posse	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Santa Terezinha de Goiás	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Simolândia	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Teresina de Goiás	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico/ Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria Gabinete de Políticas Sociais (GPS). Legenda ● Melhora ● Estabilidade ● Piora

Dimensão Educação

Quando se analisa a dimensão Educação (Tabela 5), verifica-se aumento nos valores absolutos para o indicador de crianças sem frequentar a escola, em relação aos períodos anteriores, entretanto, esse aumento não é verificado percentualmente (Tabela 6). O ensino remoto adotado por conta da pandemia acentuou as desigualdades já existentes na educação em todo Brasil, com efeitos de curto e longo prazo. De acordo com Nascimento *et al.* (2020)¹¹, pode-se esperar que as perdas no aprendizado sejam significativas, principalmente, no caso das famílias com menores recursos de conectividade, infraestrutura domiciliar e nível de escolaridade dos responsáveis. Após o momento mais acentuado da pandemia de Covid-19, com o retorno das aulas presenciais, é importante realizar uma busca ativa para garantir o regresso de todos os estudantes às salas de aula.

É importante destacar que os gestores e profissionais da educação do Estado de Goiás realizaram um esforço robusto para promover o ensino remoto. Por exemplo, de junho a dezembro de 2020, foram enviadas várias mensagens de SMS para estudantes da rede pública estadual do Ensino Médio Integral, a fim de motivá-los a continuar estudando no período da pandemia. Essa ação do governo de Goiás, que mitigou perdas de aprendizagem e preveniu abandono escolar, recebeu reconhecimento mundial ao receber o prêmio GovTech Prize 2022.¹²

Outro programa que busca combater a evasão escolar e incentivar a permanência dos estudantes na escola é o Bolsa Estudo. O programa, criado pela Lei 21.162, de novembro de 2021, vai beneficiar com R\$ 100 por mês letivo estudantes da rede pública estadual de educação, matriculados no ensino médio. Para receber a Bolsa Estudo, o estudante precisa ter uma frequência mínima mensal de 75%, em todas as disciplinas e aprovação bimestral em todas as matérias, com média igual ou superior a 6.

Além disso, com objetivo promover a inclusão digital e maior equidade, já foram entregues mais de 123 mil Chromebooks para os alunos do Ensino Fundamental e Médio da rede pública estadual de ensino. Em agosto de 2021, foram 75 mil unidades distribuídas para os alunos do 3º ano do Ensino Médio. Em agosto de 2022 deste, foi iniciada a entrega de mais 48 mil Chromebooks, desta vez para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.

¹¹ NASCIMENTO, P. A. M. *et al.* Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. Ipea, 2020 disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200902_nt_disoc_n_88.pdf

¹² <https://site.educacao.go.gov.br/noticias/4533-educa%C3%A7%C3%A3o-de-goi%C3%A1s-ganha-pr%C3%AAmio-internacional-nos-emirados-%C3%A1rabes-pela-boa-atua%C3%A7%C3%A3o-durante-a-pandemia-da-covid-19.html>

O indicador analfabetismo na fase adulta apresentou aumento em termos absolutos nos períodos analisados, porém, em termos percentuais, esse aumento não foi verificado. Destaca-se que a maioria dos municípios prioritários apresentou melhora percentual, em jun/22 com relação aos outros períodos analisados. Contudo, o mesmo não ocorreu para o indicador de frequência escolar que, obteve aumento percentual para a maioria dos municípios prioritários.

Tabela 5 - Número de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Educação – dezembro de 2018/2021 e junho de 2022

Municípios/Estado	Não frequenta a escola			Analfabetismo família		
	dez/18	dez/21	jun/22	dez/18	dez/21	jun/22
Estado de Goiás	20.073	25.891	26.739	114.193	132.533	137.628
Amaralina	9	10	12	100	100	95
Buritinópolis	14	13	14	211	206	199
Campinaçu	13	18	25	203	141	145
Campo Limpo de Goiás	27	28	34	225	227	229
Cavalcante	50	37	30	648	631	632
Colinas do Sul	21	23	30	136	133	146
Damianópolis	24	32	26	181	170	165
Flores de Goiás	54	52	55	703	665	680
Guaraíta	14	43	38	120	89	88
Heitorai	44	52	41	160	154	149
Matrinchã	15	19	14	184	197	195
Monte Alegre de Goiás	42	33	39	446	412	411
Montividiu do Norte	26	21	30	197	149	150
Posse	82	116	113	1014	1161	1214
Santa Terezinha de Goiás	44	54	52	231	331	338
Simolândia	24	47	37	381	537	501
Teresina de Goiás	22	20	24	184	186	179

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria e Gabinete de Políticas Sociais (GPS).

Tabela 6 – Comparação percentual de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Educação – dezembro de 2018/2021 e junho de 2022

Municípios/Estado	Não frequenta a escola		Analfabetismo	
	Dez./2018- Jun./2022	Dez./2021- Jun./2022	Dez./2018- Jun./2022	Dez./2021- Jun./2022
Estado de Goiás	●	●	●	●
Amaralina	●	●	●	●
Buritinópolis	●	●	●	●
Campinaçu	●	●	●	●
Campo Limpo de Goiás	●	●	●	●
Cavalcante	●	●	●	●
Colinas do Sul	●	●	●	●
Damianópolis	●	●	●	●
Flores de Goiás	●	●	●	●
Guaraíta	●	●	●	●
Heitorai	●	●	●	●
Matrinchã	●	●	●	●
Monte Alegre de Goiás	●	●	●	●
Montividiu do Norte	●	●	●	●
Posse	●	●	●	●
Santa Terezinha de Goiás	●	●	●	●
Simolândia	●	●	●	●
Teresina de Goiás	●	●	●	●

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria e Gabinete de Políticas Sociais (GPS).

Dimensão Renda

Em relação à dimensão Renda, observa-se aumento do número absoluto de domicílios que dependem de renda informal. Em valores percentuais, houve melhora em relação a dezembro de 2018 e, piora em relação a dezembro de 2021.

Os municípios prioritários, Buritinópolis, Damianópolis e Posse apresentaram aumento absoluto e percentual em ambos os períodos para o indicador de renda informal. Ressalta-se que para junho de 2022, Colinas do Sul, Guaraíta, e Matrinchã foram os municípios com os maiores percentuais de domicílios com dependência de renda informal.

O número de domicílios beneficiários do Programa Auxílio Brasil, substituto do Programa Bolsa Família, apresentou aumento em junho/2022, comparado aos demais períodos. A mudança de critérios e o aumento do valor da renda per capita da linha de pobreza e extrema pobreza do novo programa possibilitou a inclusão de mais de 100 mil famílias, se comparado a dezembro/2021. Destaca-se que esse indicador tem peso consideravelmente alto no IMCF (veja Quadro 1), causando o aumento verificado no IMCF Renda e, conseqüentemente, no IMCF Geral, conforme apresentado na Figura 3.

Ressalta-se que, percentualmente, o crescimento de domicílios recebedores Auxílio Brasil em relação a dezembro/2018 é notadamente pequeno, saindo de 38,13% para 38,69%, em junho/2022.

Os municípios prioritários, Buritinópolis, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Posse e Simolândia apresentaram aumento absoluto e percentual em ambos os períodos para o indicador recebe Auxílio Brasil.

Os municípios de Campinaçu, Guarani de Goiás, Sítio D'Abadia, Posse e São Domingos apresentam o maior percentual de domicílios que recebem Auxílio Brasil.

Tabela 7 – Número de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Renda – dezembro de 2018/2021 e junho de 2022

Municípios/Estado	Renda informal			PAB		
	dez/18	dez/21	jun/22	dez/18	dez/21	jun/22
Estado de Goiás	333.434	364.296	420.435	295.703	297.991	401.545
Amaralina	519	522	544	456	385	422
Buritinópolis	319	458	477	401	442	522
Campinaçu	369	230	242	422	392	581
Campo Limpo de Goiás	654	835	799	872	764	741
Cavalcante	1.136	1.355	1.522	726	1.105	1.277
Colinas do Sul	494	523	654	455	397	478
Damianópolis	441	458	556	468	50	604
Flores de Goiás	1.298	1.638	1.623	1.416	1.381	1.443
Guaraíta	421	451	445	256	243	296
Heitorai	571	532	534	497	387	451
Matrinchã	690	729	822	582	531	692
Monte Alegre de Goiás	979	1.001	985	1.107	1.097	1.208
Montividiu do Norte	826	765	776	797	669	760
Posse	2.281	2.783	3.154	2.827	3.024	3.759
Santa Terezinha de Goiás	1.488	1.744	1.840	1.539	1.276	1.578
Simolândia	604	839	816	944	973	1.161
Teresina de Goiás	420	460	465	534	576	683

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria e Gabinete de Políticas Sociais (GPS).

Tabela 8 – Comparação percentual de domicílios Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Renda – dezembro de 2018/2021 e junho de 2022

Municípios/Estado	Renda informal		PAB	
	Dez./2018- Jun./2022	Dez./2021- Jun./2022	Dez./2018- Jun./2022	Dez./2021- Jun./2022
Estado de Goiás	●	●	●	●
Amaralina	●	●	●	●
Buritinópolis	●	●	●	●
Campinaçu	●	●	●	●
Campo Limpo de Goiás	●	●	●	●
Cavalcante	●	●	●	●
Colinas do Sul	●	●	●	●
Damianópolis	●	●	●	●
Flores de Goiás	●	●	●	●
Guaraíta	●	●	●	●
Heitoraí	●	●	●	●
Matrinchã	●	●	●	●
Monte Alegre de Goiás	●	●	●	●
Montividiu do Norte	●	●	●	●
Posse	●	●	●	●
Santa Terezinha de Goiás	●	●	●	●
Simolândia	●	●	●	●
Teresina de Goiás	●	●	●	●

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria e Gabinete de Políticas Sociais (GPS).

Adicionalmente, foram sistematizados por meio do IMCF cinco níveis de risco social familiar, conforme Quadro 3, com interesse de garantir a transparência da informação e facilitar o planejamento de políticas públicas voltadas às famílias. Dessa maneira, para cada domicílio goiano cadastrado no CadÚnico, em dezembro/2018, foi atribuído um risco social e com os novos cálculos para o índice, sendo que essa classificação foi realizada novamente.

Quadro 3 - Risco social familiar de acordo com o IMCF

Risco	Descrição	Intervalo
Risco 0	Domicílio sem risco	[0; 0,01)
Risco 1	Pequena Vulnerabilidade Social	[0,01; 0,1)
Risco 2	Baixa Vulnerabilidade Social	[0,1; 0,3)
Risco 3	Média Vulnerabilidade Social	[0,3; 0,5)
Risco 4	Alta Vulnerabilidade Social	[0,5; 0,7)
Risco 5	Complexa Vulnerabilidade Social	[0,7; 1)

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

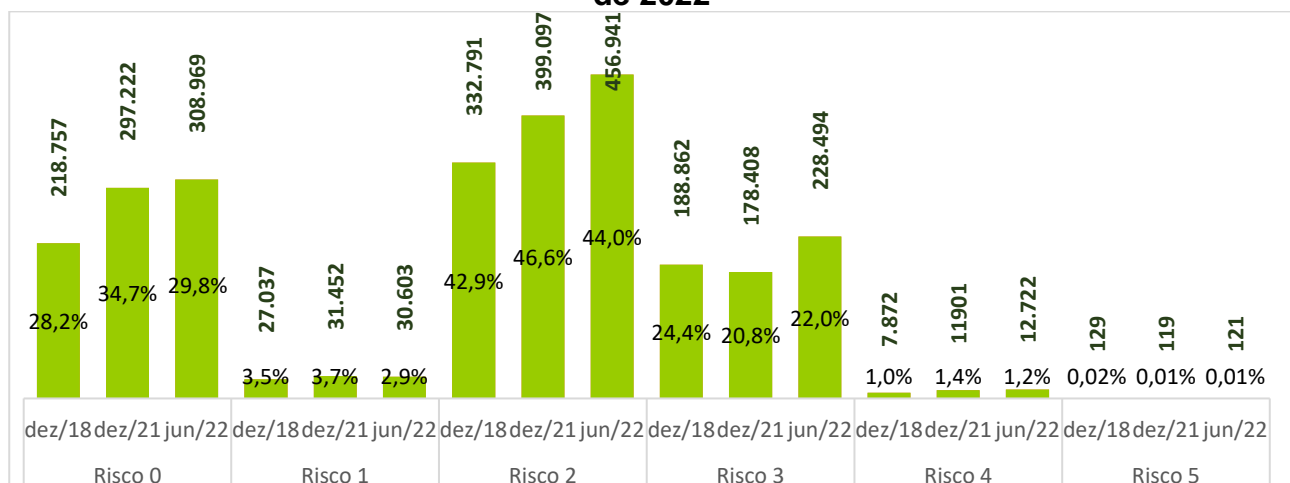
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria e Gabinete de Políticas Sociais (GPS).

Destaca-se que o domicílio em risco 0, representa um domicílio sem risco, ou seja, não apresenta nenhuma das privações analisadas no IMCF. Enquanto o domicílio em risco

5 apresenta complexa vulnerabilidade social e possui privações em todas as dimensões apresentadas.

A Figura 4 apresenta o número de domicílios por risco social para os três períodos analisados, assim como representa o percentual de domicílios em cada risco. O ideal é observar a redução dos domicílios nos riscos superiores e o aumento nos riscos inferiores, ou seja, redução dos domicílios mais vulneráveis. Desse modo, o aumento gradativo no número de domicílios no risco 0 e no risco 2 é um resultado positivo. Outro fator importante, à vista que houve aumento no IMCF, a diferença no número de famílias em risco 5 é muito pequeno, comparando junho/2022 e dezembro/2021.

Figura 4 – Número de domicílios por risco social – dezembro de 2018/2021 e junho de 2022



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria e Gabinete de Políticas Sociais (GPS).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os últimos anos foram marcados pelo combate à pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que ocasionou muitas perdas humanas e econômicas, mas o avanço da vacinação proporcionou melhores perspectivas sanitárias, econômicas e sociais.

A economia goiana mostra sinais de recuperação acima da média nacional, como pode ser verificado no Boletim Trimestral da Economia Goiana – 2º Trimestre/2022¹³. O PIB goiano do 2º trimestre de 2022 cresceu 5,7%, comparado ao mesmo período do ano anterior. Enquanto, na mesma base de comparação, o Brasil obteve crescimento de 3,2% (IMB, IBGE). Para o mercado de trabalho, verifica-se queda da taxa de desocupação,

¹³ https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/pib-trimestral/BoletimEconomiaGO_2tri2022.pdf

indicador correlato à taxa de desemprego, que passou de 12,4% no 2º trimestre de 2021 para 6,8% no 2º trimestre de 2022 (IBGE/PNAD Contínua Trimestral).

Entretanto, a inflação segue elevada, em decorrência a alta nos preços de Alimentação e Bebidas, Vestuário, Saúde e Cuidados Pessoais, o que atinge, principalmente, às pessoas mais carentes. Por exemplo, o índice INPC, na cidade de Goiânia, registrou variação acumulada no ano de 5,67% (janeiro a junho de 2022) (IBGE).

Nessa perspectiva, de inflação elevada, foi importante a criação da Lei nº 14.284, que instituiu o Programa Auxílio Brasil, em substituição ao Programa Bolsa Família, com novas regras e, sobretudo, nova definição para extrema pobreza e pobreza. Assim, ficou estabelecido que as famílias em situação de pobreza, possuem renda familiar per capita mensal entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00; e em situação de extrema pobreza, com renda familiar per capita mensal igual ou inferior a R\$ 105,00. Essas mudanças acarretaram agregação de 119.651 domicílios e 219.762 pessoas nas redes de proteção social federal e estadual, no último semestre. Também, houve inclusão de mais de 100 mil famílias ao novo programa no mesmo período. Por conta do grande número de famílias recebendo Auxílio Brasil e o peso alto do indicador no IMCF, houve aumento no IMCF Renda e consequentemente no IMCF Geral, conforme apresentado na Figura 3.

É importante ressaltar que, no mesmo período, houve redução no valor do índice para as dimensões de Moradia e Educação. Desta forma, verifica-se redução percentual para todos os indicadores de ambas as dimensões no último semestre.

Por fim, dado o aumento no IMCF, a diferença no número de famílias em risco 5 é muito pequeno, comparando junho/2022 e dezembro/2021.